

O PODER DOS ALGORITMOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: RISCOS DE INJUSTIÇA E DESIGUALDADE EM PROCESSOS AUTOMATIZADOS

Lohana Pâmela de Sousa Pearce

A crescente adoção de algoritmos na educação pública, seja em processos de matrícula, triagem de estudantes ou avaliação de desempenho, tem sido apresentada como solução para ampliar a eficiência da gestão escolar. No entanto, essa tendência revela um problema central: até que ponto a automatização contribui para reduzir desigualdades ou, ao contrário, reforça assimetrias já existentes? Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente os impactos sociais do uso de sistemas algorítmicos no âmbito educacional, destacando os riscos de injustiça e exclusão em populações vulneráveis. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise teórica, com base em autores como Cathy O’Neil, Tim Wu e Shoshana Zuboff, que discutem as implicações éticas e políticas da sociedade orientada por dados. Os resultados apontam que a aplicação indiscriminada de algoritmos tende a reproduzir vieses estruturais relacionados à raça, território e condições socioeconômicas, comprometendo princípios de equidade e cidadania. Observa-se também que determinadas competências humanas, como sensibilidade ética, discernimento crítico e empatia, permanecem insubstituíveis e devem orientar qualquer processo de inovação tecnológica. Conclui-se que a incorporação de algoritmos na educação pública exige governança responsável, transparência e participação social, de modo a evitar a naturalização de desigualdades sob a aparência de neutralidade técnica.

Palavras-chave: algoritmos; desigualdade; educação pública; inteligência artificial; ética.